

A TRANSFERÊNCIA DE RENDIMENTOS DO TRABALHO (Função Pública) PARA O CAPITAL: contexto, instrumentos utilizados e estimativa dos rendimentos transferidos

**Aumento da exploração dos trabalhadores da
Administração Pública: mais horas de trabalho, trabalho
gratuito, congelamento e cortes nas remunerações**

EUGÉNIO ROSA

Economista

edr2@netcabo.pt

www.eugeniorosa.com

O CONTEXTO ATUAL: OS GRUPOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS CONTROLADOS, NA SUA MAIORIA, POR CAPITAL ESTRANGEIRO DOMINAM A ECONOMIA E A SOCIEDADE PORTUGUESA E O ESTADO

- **UM ESTADO COM UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DESTRUÍDA, SEM CAPACIDADE PARA INTERVIR NA ECONOMIA, FRÁGIL, SUBMISSO** e serventário dos Grandes Grupos Económicos e Financeiros controlados, na sua maioria por grupos estrangeiros, muitos deles empresas de Estados estrangeiros, que já não oculta que o seu objetivo central seja satisfazer os “mercados” e os credores
- **A PERDA DE SOBERANIA MONETÁRIA POR PORTUGAL** agravou a situação porque o Estado ficou refém e totalmente dependente no seu financiamento dos “mercados” (grandes grupos financeiros).
- **O ESTADO TRANSFORMOU-SE ASSIM NUM MERO INSTRUMENTO DO CAPITAL** de exploração adicional sendo o seu objetivo transferir rendimentos do Trabalho para o Capital

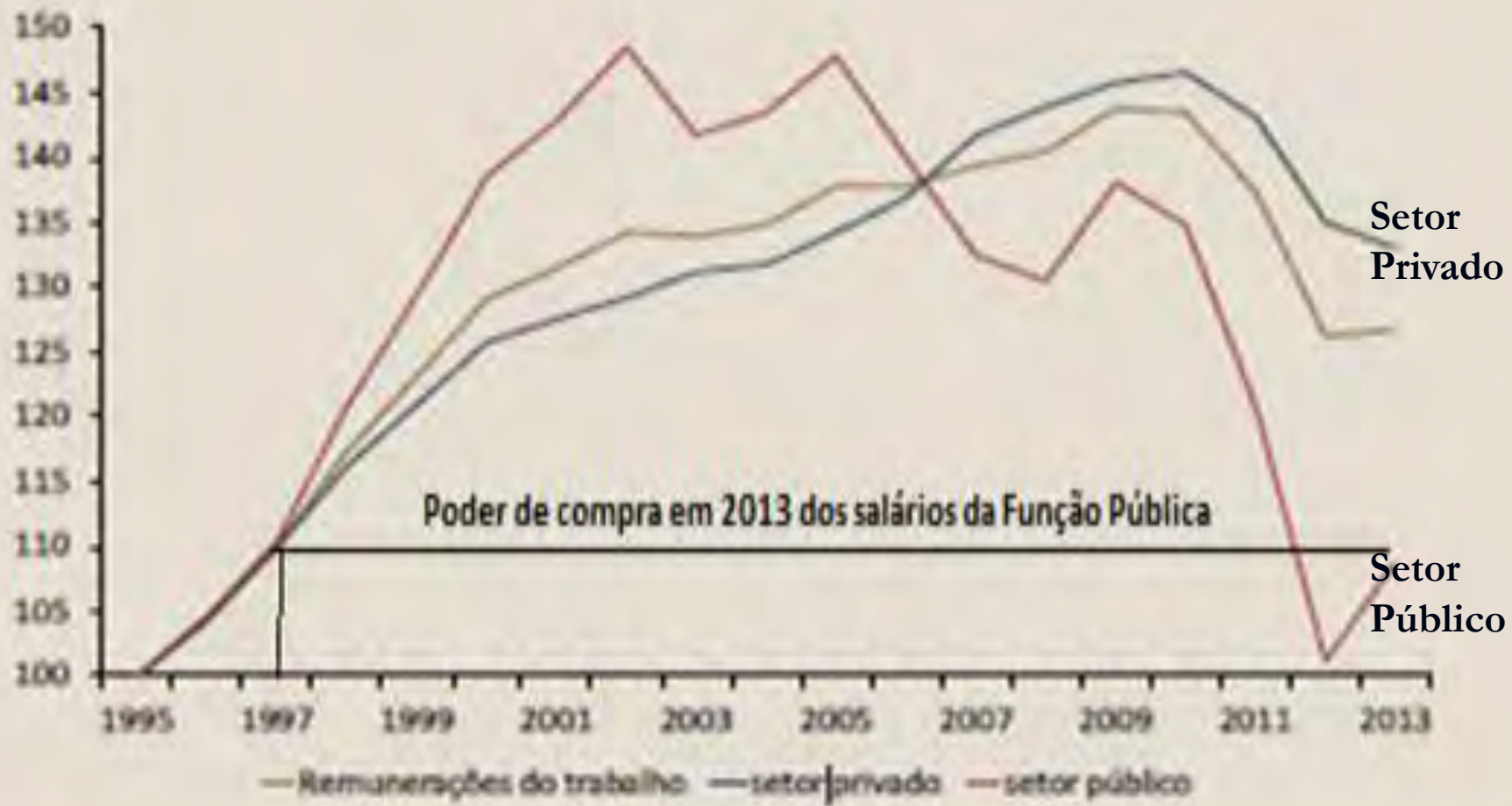
INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELO ESTADO PARA CRIAR EXCEDENTES À CUSTA DO AUMENTO DA EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

- 1- O congelamento das remunerações dos trabalhadores e carreiras;
- 2- A redução da remuneração do trabalho extraordinário para $\frac{1}{2}$ - $\frac{1}{4}$;
- 3- O corte nas remunerações nominais;
- 4- A apropriação dos subsídios de férias e de Natal;
- 5- O aumento do horário sem qualquer compensação e, conseqüentemente, a generalização do trabalho gratuito;
- 6- A redução do número de trabalhadores através de despedimentos, aposentações prematuras, acordos de rescisão ditos voluntários utilizando a chantagem, a pressão, a instabilidade e a insegurança generalizada;
- 7- A criação da instabilidade, da insegurança generalizada através de alterações contínuas das leis (aposentação, lei do vínculo público, Lei geral de trabalho da Função Pública), e da ameaça de colocação na situação de requalificação indefinida com 40% do salário, etc.
- 8 – Cortes no direitos à aposentação e a redução grande da pensão
- 9- Descontos excessivos para a ADSE

A REDUÇÃO DA DESPESA TOTAL DAS AP S E O AUMENTO DE JUROS FEITOS À CUSTA FUNDAMENTALMENTE DA REDUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E INVESTIMENTO – Fonte: CFP

RÚBRICAS	2010 M€	2011-M€	2012-M€	2013-M€	Var. M€	Var. %
DESPESA TOTAL	84.095	82.419	76.885	79.831	-4.264	-5,1%
Consumo Intermédio	8.059	7.891	7.400	7.308	-751	-9,3%
Despesa com Pessoal	21.157	19.422	16.510	17.789	<u>-3.368</u>	-15,9%
Prestações sociais (inclui também SNS)	37.895	37.775	37.139	38.834	939	+2,5%
Subsídios	1.283	1.184	968	1.117	-166	-12,9%
Outras despesas correntes	4.396	4.291	4.113	4.397	1	0,0%
Despesas de Capital	6.455	4.966	3.629	3.324	<u>-3.131</u>	-48,5%
JUROS	4.850	6.890	7.126	7.064	+2.214	+45,6%

QUEBRA DO NÍVEL DE VIDA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO 2010-2014. AS REMUNERAÇÕES REAIS DE 2013 SÃO JÁ IGUAIS ÀS DE 1997- Mas tudo isto não dá uma ideia completa da perda de rendimentos – FONTE: Banco de Portugal e INE



CONGELAMENTO DAS REMUNERAÇÕES DA FUNÇÃO PÚBLICA - “Poupança” 340 Milhões €/ano

- Segundo o Relatório que acompanha o OE-2012 (Quadro II.3.1), o “congelamento de salarial” representa uma poupança nas Administrações Públicas, e um corte nos rendimentos dos trabalhadores da Função Pública de 340 milhões €/ano
- Portanto nos 4 anos (2011-2014) de “troika” e de governo PSD/CDS significou um CORTE NOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES DE 1.360 MILHÕES €.
- Este corte nas remunerações terá efeitos no futuro, pois quando as remunerações forem descongeladas, a atualização far-se-á sobre uma base muito baixa do que aquela que se teria se as remunerações fossem atualizadas todos os anos

CONGELAMENTO DAS CARREIRAS NA FUNÇÃO PÚBLICA - estimativa da perda de rendimentos para os trabalhadores: entre 20 milhões € e 40 milhões €/ano (a perda mensal por não mudança de nível remuneratório é em média de 51€/mês)

RÚBRICAS	Nº TRABALHADORES AFETADOS POR ANO	PERDA MENSAL	PERDA ANUAL e PERDA 2011-2014
1ª HIPÓTESE: 10% de 561.121	56.112	2.861.712 €	40.063.968 €
2ª HIPÓTESE: 5% de 561.121	28.056	1.430.856 €	20.031.984 €
1º HIP.: 2011-2014	10% Trabalhadores	Perda mensal por trabalhador por não mudança nível remuneratório =51€	160.255.872 €
2ª HIP.-2011-2014	5% Trabalhadores		80.127.936 €

VALOR TOTAL DOS CORTES NOS SALÁRIOS NOMINAIS E DA APROPRIAÇÃO DOS SUBSÍDIOS NO PERÍODO 2011-2014

ANOS	Corte nos salários nominais (2,5% e 3,5%-10%) Milhões €	Apropriação subsídios Milhões €	TOTAL Milhões €
2011	420,7 (Sócrates)		420,7
2012	420,7 (Sócrates)	1.200,0 (PC)	1.620,7
2013	420,7 (Sócrates)		420,7
2014(OE/TC)	643,0/247,3 (PC)		643-247
TOTAL (OE)	1.905,1	1.200,0	3.105,1
TOTAL (TC)	1.509,4	1.200,0	2.709,4

FONTE: Relatórios do Orçamento do Estado 2011,2012, 2013 e 2014

AUMENTO DO HORÁRIO SEMANAL DE 35H PARA 40H : Cálculo do nº de horas de trabalho gratuito anual (117,8MH/ano) e do valor dessas horas gratuitas (743,2M€/ano)

RÚBRICAS	TOTAL
Nº Trabalhadores das AP s - Jan.2014	561.121
Nº de horas gratuitas semanais	2.805.605
Nº de horas gratuitas anuais	117.835.410
Nº de dias de trabalho gratuito/ano	16.833.630
Valor dia (RBM.jan.2014=1.324€ /30)	44 €
VALOR TRABALHO GRATUITO/ANO	743,15 Milhões€

**O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DEVIDO AO
AUMENTO DA CARGA DE TRABALHO CAUSADA PELA SAÍDA DE 102.046
TRABALHADORES QUE NÃO FORAM SUBSTITUÍDOS =>DEGRADAÇÃO
SERVIÇOS=> “POUPANÇA” ANUAL DE 2.160 MILHÕES €**

ANOS	Nº Trabalhadores das AP s	Despesa Pessoal Milhões €	Despesa c/ Pessoal mensal por trabalhador
2010	663.167	21.157	2.279 €
2011	612.566	19.422	2.265 €
2014 (Jan)	561.121	16.389	2.086 €
2014-2010	-102.046	-4.768	-193 €
Ganho Médio Mensal- Jan.2014-DGAEP			1.512 €
POUPANÇA ANUAL			2.160 Milhões €

Em 2011, só o Ministério da Saúde pagou 255,3 milhões € pela realização 10,2 milhões de HE. O custo das HE nas AP's atingia 425M€/ano. A redução do pagamento da HE para 1/2 => “poupança” de 212M€/ano, e para 1/4 de 318M€/ano à custa dos trabalhadores

PROFISSIONAIS	Nº de trabalhadores em 2011	Nº Horas Extraordinárias em 2011	Nº Horas/Tra- balhador/ Ano
Médicos	26.136	6.035.695	231
Enfermeiros	40.283	1.694.254	42
Tec. Superior Saúde	1.781	117.559	66
Tec. Diag. Terapêutica	7.999	375.104	47
Técnico Superior	3.766	65.196	17
Assistente Técnico	17.772	716.614	40
As. Operacional	28.063	1.224.822	44
SOMA	125.800	10.229.244	81
TOTAL	128.526	10.242.622	80

AUMENTO DA COMPARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS (Trabalhadores e aposentados) NOS CUSTOS DA ADSE – Período 2011/2013



Gráfico 6 – Evolução da repartição do financiamento (Unid.: milhões de euros)

ENTRE 2012 E 2014 AS CONTRIBUIÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS PARA A ADSE AUMENTARAM 156% E AS DO ESTADO DIMINUÍRAM 54%. EM 2014, A ADSE VAI TER UM SALDO POSITIVO DE 285M€ À CUSTA DE 579 M€ DE DESCONTOS NOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES E APOSENTADOS

ANOS	RECEITAS - Milhões euros				DESPEASAS - Milhões euros					SALDO (R-D) Milhões€
	Descontos beneficiários (Trabalhadores e aposentados)	Descontos serviços (Estado)	Reembolsos	TOTAL	Medicamentos	Regime convenção	Regime livre	Administração	TOTAL	
2012	<u>226</u>	263		489	73,6	273	138,2	7,6	492,4	-3,4
2013	<u>285</u>	182,4	51,6	519	33	290	132,8	8	463,8	55,2
2014	<u>579</u>	120	24	723	8,3	290	132	8	438,3	284,7

FONTE: Relatório de Atividades de 2012 e Plano de Atividades 2013 da ADSE, e dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Administração Pública referentes a 2013-2014

DIMENSÃO DA EXPROPRIAÇÃO DE RENDIMENTOS QUE SOFREM OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA: Estimativa dos rendimentos perdidos pelos trabalhadores no período 2011-2014

DIMENSÕES	Milhões €
Congelamento de salários (2011-2014)	1.360
Congelamento das carreiras (2011-2014)	80 -160
Cortes nas remunerações nominais e apropriação de subsídios (2011-2014)	2.709
Trabalho gratuito (HTS: 35H =>40H) - Valor anual (2014)	743
Redução pagamento Trabalho Extraordinário para ½ e depois para ¼ - Período :2012/2014	790
Redução de 102.000 trabalhadores da Função Pública – Valor anual (2014)	2.160
ADSE – Valor anual (2014) – para criação excedente	200
SOMA	8.042-8.122

AUMENTO IMPOSTOS => REDUÇÃO RENDIMENTOS - TABELA RETENÇÃO IRS de 2010 e 2014– Trabalho dependente – 2 titulares casados – Não inclui sobretaxa de 3,5% IRS

Remuneração Mensal Euros		2010	2014	VARIACÃO 2010-2014
		2 dependentes	2 dependentes	
Até	633 €	1,0%	3,0%	+200,0%
Até	675 €	2,0%	4,0%	+100,0%
Até	726 €	3,0%	5,5%	+83,3%
Até	801 €	4,0%	6,5%	+62,5%
Até	907 €	6,0%	10,0%	+66,7%
Até	988 €	7,0%	11,5%	+64,3%
Até	1.048 €	8,0%	12,5%	+56,3%
Até	1.124 €	9,0%	13,5%	+50,0%
Até	1.537 €	13,0%	17,5%	+34,6%
Até	2.056 €	17,5%	22,5%	+28,6%
Até	2.182 €	18,5%	23,5%	+27,0%
Até	2.328 €	20,5%	25,5%	+24,4%
Até	2.495 €	21,5%	26,5%	+23,3%
Até	18.648 €	34,0%	40,5%	19,1%

AUMENTO BRUTAL DA CARGA FISCAL À CUSTA DO IRS (IRS aumenta 3.222 Milhões € em 2013 e IRC sobe apenas 803 M €, apesar de 90% dos rendimentos sujeitos a IRS são rendimentos de trabalho e pensões

Receita fiscal	Em milhões de euros		Variação Homóloga Acumulada
	2012	2013	
IMPOSTOS DIRETOS	13.633,6	17402,2	27,6%
IRS (90% são remunerações e pensões)	9.085,5	12.307,7	+ 35,5%
IRC (em 2014 a taxa de IRC desce de 25% para 23%, o que não a nível de IRS)	2.208,5	5.083,3	18,8%
Outros	267,6	8,7	-96,8%
IMPOSTOS INDIRETOS	18.407,0	18.852,3	2,4%
ISP (produtos petrolíferos)	2.040,1	2.115,6	-0,6%
IVA	12.800,1	13.244,1	3,5%
Imposto sobre Veículos (ISV)	361,9	352,4	-2,6%
Imposto sobre o tabaco	1.353,6	1.312,9	-3%
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas	168	173,1	3,1%
Imposto do selo	1.358,3	1.366,2	0,6%
Imposto Único de Circulação (IUC)	197,6	255	29,2%
Outros	52,0	45,6	-12,3%
SOMA	32.040,6	36.252,5	+13,1%

UMA SIMULAÇÃO DOS EFEITOS CORROSIVOS DO AUMENTO IRS SOBRE AS REMUNERAÇÕES DO TRABALHO (3,3 pp do PIB em 2002, 3,5pp em 2010 e 4,6 pp do PIB em 2013)

ANOS	PIB Milhões €	Remunera- ções Milhões €	% Rem/PIB	IRS sobre Rend. Trabalho - Milhões €	Remunera- ções - IRS Mi- lhões €	% (Rem- IRS)/P IB
2002	140.567	69.374	49,4%	4.561	64.813	46,1%
2003	143.472	71.223	49,6%	4.655	66.568	46,4%
2004	149.313	73.648	49,3%	4.679	68.969	46,2%
2005	154.269	77.359	50,1%	4.953	72.406	46,9%
2006	160.855	79.663	49,5%	5.275	74.388	46,2%
2007	169.319	82.861	48,9%	5.793	77.068	45,5%
2008	171.983	85.692	49,8%	5.992	79.701	46,3%
2009	168.529	85.888	51,0%	6.011	79.877	47,4%
2010	172.860	86.814	50,2%	6.010	80.804	46,7%
2011	171.126	85.160	49,8%	6.559	78.601	45,9%
2012	165.107	79.380	48,1%	5.669	73.711	44,6%
2013	165.690	79.910	48,2%	7.680	72.230	43,6%

FONTE: Eurostat, INE e DGO-Ministério das Finanças

ESTIMATIVA DA REDUÇÃO DAS REMUNERAÇÕES LIQUIDAS REAIS DA FUNÇÃO PÚBLICA ENTRE 2010 E 2014

- Ganho Médio Mensal (GMM) nominal em Dez.2010 : 1.654€
- Ganho Médio Mensal (GMM) nominal em Jan.2014: 1.512€ => REDUÇÃO DE 9,1%
- Redução do GMM devido ao aumento do IRS e da ADSE
 - Em 2010 : (Redução: 6,9% +1,5%)=> GMML = 1.515€
 - Em 2014 : (R:9,6% +3,5%) => GMML= 1.314€ => REDUÇÃO 13,3%
- EFEITOS DO CORTE DE PASSOS COELHO NAS REMUNERAÇÕES : uma redução no Ganho Médio Líquido Real (após IRS e ADSE) de 19,9% relativamente ao GMML de 2010
- EFEITOS DO CORTE DE SÓCRATES NAS REMUNERAÇÕES : uma redução no Ganho Médio Líquido Real (após IRS e ADSE) de 15,7% relativamente ao GMML de 2010

DADOS DO BANCO DE PORTUGAL PARA UMA REFLEXÃO FINAL: A inutilidade dos sacrifícios que foram feitos, o garrote da Dívida Pública aumentou e continua a aumentar e a pressão sobre Portugal para cortar na despesa pública vai continuar se se mantiver a mesma política

A PRESSÃO PARA CRIAR EXCEDENTES À CUSTA DA EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA VAI CONTINUAR PARA PAGAR AOS CREDORES

ANOS	Dívida das Administrações Públicas Milhões €	Dívida Pública na ótica de Maastricht Milhões €	Dívida das Administrações Públicas Em % do PIB	Dívida Pública na ótica de Maastricht Em % do PIB	Dívida do País ao exterior (Ativo-Passivo) Milhões €	Dívida do País ao exterior (Ativo-Passivo) Em % do PIB
2010	185.844	162.473	107,5%	94,0%	185.221	107,2%
2011	214.378	185.241	125,3%	108,2%	179.406	104,8%
2012	241.413	204.860	146,2%	124,1%	191.716	116,1%
2013	252.914	213.631	152,7%	129,0%	196.643	118,7%
Mar.2014	258.486	220.684	155,0%	132,4%	205.158	121,4%

FONTE: Boletim de Estatística do Banco de Portugal - 2010 a Maio de 2014

FIM

DADOS DAS FINANÇAS REFERENTES AOS RENDIMENTOS DE 2012 CONFIRMAM INJUSTIÇA. A SITUAÇÃO EM 2013 AINDA DEVE SER MAIS GRAVE

ORIGEM DO RENDIMENTO	Rendimentos declarados em 2012 Milhões €	% do TOTAL	% Acumulada
A- Trabalho dependente	50.792	62,4%	62,4%
H- Pensões	22.524	27,7%	90,1%
B- Rendimentos mistos (atividades comerciais, industriais, prestação de serviços, etc.)	4.732	5,8%	95,9%
E - Rendimentos de capitais (Juros, de swaps, etc.)	40	0,0%	96,0%
F- Rendas de prédios urbanos, rústicos e mistos	2.884	3,5%	99,5%
G- Mais valias, etc.	372	0,5%	100,0%
TOTAL	81.344	100,0%	

EM 2014, SEGUNDO O INE 34% DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM RECEBIAM SALÁRIOS ILÍQUIDOS INFERIORES A 600€, 61,7% INFERIORES A 900€

ESCALÃO DE RENDIMENTO SALARIAL LIQUIDO	1º Trim.2014 Milhares	2014 % do TOTAL	2014 % Acumulada
Trabalhadores por conta de outrem	3.512,9	100,0%	
Menos de 310 euros	144,1	4,1%	4,1%
De 310 a menos de 600 euros	1.048,7	29,9%	34,0%
De 600 a menos de 900 euros	975,8	27,8%	61,7%
De 900 a menos de 1 200 euros	448,5	12,8%	74,5%
De 1 200 a menos de 1 800 euros	377,1	10,7%	85,2%
De 1 800 a menos de 2 500 euros	83,0	2,4%	87,6%
De 2 500 a menos de 3 000 euros	21,7	0,6%	88,2%
3 000 euros e mais euros	26,8	0,8%	89,0%
NS/NR	387,2	11,0%	100,0%

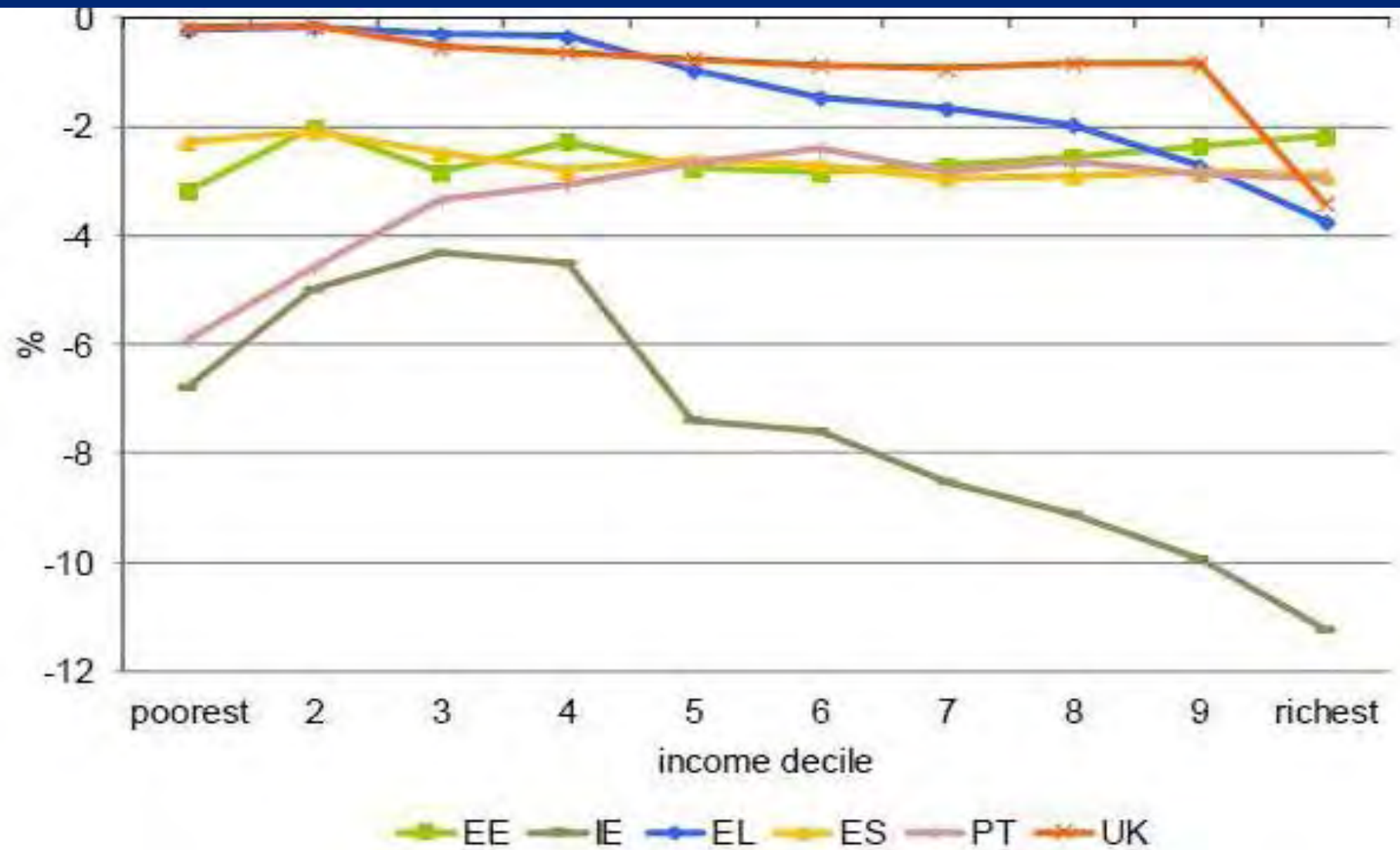
FONTE: Estatísticas de Emprego - 1º Trim. 2014 - INE

AUMENTO DA POBREZA E MAIOR CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA CONSEQUÊNCIA DA POLITICA DO MEMORANDO

Ano de referência dos dados	2009	2010	2011	2012	População Milhões/ Var.%
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)	Percentagem do Total da População				
Antes de qualquer transferência social	43,4	42,5	45,4	46,9	4,9 (+8%)
Após transferências relativas a pensões	26,4	25,4	25,3	25,6	2,7
Após transferências sociais	17,9	18,0	17,9	18,7	2,0 (4,5%)
Indicadores de desigualdade do rendimento					
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	5,6	5,7	5,8	6,0	+ 7,1%
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	9,2	9,4	10,0	10,7	+ 16,3%

FONTE: INE -EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

O CORTE PERCENTUAL NOS RENDIMENTOS DOS POBRES (6%) FOI O DOBRO DO VERIFICADO NO RENDIMENTO DOS MAIS RICOS (3%) COM A POLITICA DO MEMORANDO: Estudo de 2011 financiado pela U.E.



CORTE NOS RENDIMENTOS NOMINAIS DOS PENSIONISTAS (reformados da Segurança Social e aposentados da CGA) NO PERÍODO 2011-2014

RÚBRICAS	Milhões €
Alteração fator de sustentabilidade (2014)	205
Corte pensões sobrevivência (inconstitucional - TC)	100
CES (2013-2014) (<u>Função Pública : 385,6M€/ano</u>)	841
Apropriação do subsídio de férias e Natal (2012)	1.200
Congelamento das pensões (2011-2014) – CGA e Segurança Social	2.512
SOMA	4.858-4.758

TABELA RETENÇÃO IRS (2 titulares) – Pensões: 2010 e 2014- Não inclui 3,5% IRS

TABELA RETENÇÃO IRS - 2010 (2)			TABELA RETENÇÃO IRS 2014 (2)		
ESCALÃO		TAXA	ESCALÃO		TAXA
Até	764 €	2,0%	Até	740,00	4,5%
Até	847 €	3,0%	Até	812,00	6,0%
Até	939 €	4,0%	Até	891,00	8,5%
Até	1.012 €	5,0%	Até	953,00	9,5%
Até	1.094 €	6,0%	Até	1.024,00	10,5%
Até	1.125 €	7,0%	Até	1.052,00	11,5%
Até	1.208 €	8,0%	Até	1.130,00	12,5%
Até	1.280 €	9,0%	Até	1.197,00	13,5%
Até	1.383 €	10,0%	Até	1.294,00	14,5%
Até	1.487 €	11,0%	Até	1.391,00	15,5%
Até	1.621 €	12,0%	Até	1.516,00	16,5%
Até	1.755 €	13,0%	Até	1.642,00	17,5%
Até	1.838 €	13,5%	Até	1.719,00	18,0%
Até	1.940 €	14,5%	Até	1.815,00	18,5%
Até	2.044 €	15,5%	Até	1.912,00	20,5%
Até	2.167 €	16,5%	Até	2.027,00	21,5%
Até	2.302 €	17,5%	Até	2.154,00	23,0%
Até	2.456 €	18,5%	Até	2.298,00	24,0%